



ASSOCIAÇÃO OPERAÇÃO SORRISO DO BRASIL DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2017
Com o relatório dos auditores independentes

ASSOCIAÇÃO OPERAÇÃO SORRISO DO BRASIL

DEMONSTRAÇOES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associados Associação Operação Sorriso do Brasil São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Operação Sorriso do Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Operação Sorriso do Brasil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2018.

Crowe Horwath Macro Auditores Independentes CRC 2SP033508/O-1

Marcos Tiago Dias da Silva Contador CRC 1SP315359/O-2

Fábio Debiaze Pino

Contador- CRC1SP 251154/O-9

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	189.537	267.812	Contas a pagar	10	36.807	12.043
Contas a receber	5	408.000	333.699	Obrigações trabalhistas	11	53.758	48.626
Estoques	6	117.471	115.231	Obrigações tributárias	12	809	2.548
Outros créditos	7	189.205	15.193			91.374	63.217
		904.213	731.935	Circulante			
				Provisão para contingências	13	139.151	139.151
						139.151	139.151
Não circulante							
Ativo imobilizado	8	175.849	195.397				
Ativo intangível	9	4.325	8.349	Patrimônio Líquido			
•		180.174	203.746	Patrimônio social	14	630.432	615.418
				Reserva para doações		102.881	102.881
				Superávit do exercício		120.549	15.014
				·		853.862	733.313
Total		1.084.387	935.681	Total		1.084.387	935.681

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31 de dezembro Em reais (R\$)

	Nota	2017	2016
Receitas Operacionais			
Com restrição			
Trabalho voluntário	16.1	251.688	348.869
Sem restrição			
Doações individuais		84.233	64.191
Doações corporativas	16.2	1.222.393	1.197.658
Doações anônimas		13.062	45.814
Doações do exterior	16.2	651.042	1.092.449
Doações de materiais e serviços	16.2	491.728	280.527
Receitas de eventos		4.816	114.652
Outras receitas		15.392	
Total de receitas sem restrições		2.482.666	2.795.291
Total de receitas operacionais		2.482.666	3.144.160
Custo com programas			
Custo com programas assistenciais	17	(1.270.952)	(1.360.702)
Trabalho voluntário	16.1	(251.688)	(348.869)
Total custo com programas		(1.522.640)	(1.709.571)
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	18	(409.807)	(676.707)
Despesas administrativas	19	(576.066)	(655.350)
Outras despesas líquidas		(96.723)	(89.740)
		(1.082.596)	(1.421.797)
Superávit antes do resultado financeiro		129.118	12.792
Resultado financeiro líquido	20	(8.569)	2.222
Superávit do exercício		120.549	15.014

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em reais (R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Reserva de doações	Superávit/(déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	651.188	102.881	(35.770)	718.299
Transferência do déficit do exercício anterior	(35.770)	-	35.770	_
Superávit do exercício	-	-	15.014	15.014
Saldos em 31 de dezembro de 2016	615.418	102.881	15.014	733.313
Transferência do superávit do exercício anterior	15.014	-	(15.014)	_
Superávit do exercício	-	-	120.549	120.549
Saldos em 31 de dezembro de 2017	630.432	102.881	120.549	853.862

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro Em reais (R\$)

	2017	2016
Fluxo de caixa de atividades operacionais:	400 = 40	4= 044
Superávit do exercício	120.549	15.014
Ajustes para reconciliar do superávit do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	28.558	33.210
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	-	178.445
	149.107	226.669
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber	(74.301)	(285.941)
Estoques	(2.240)	228.509
Outros créditos	(174.012)	(8.776)
Contas a pagar	24.763	(23.850)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.132	(38.806)
Obrigações tributárias	(1.738)	(8.448)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(73.289)	89.357
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(4.986)	(185.388)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(4.986)	(185.388)
Decréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	(78.275)	(96.031)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	267.812	363.843
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	189.537	267.812
Decréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	(78.275)	(96.031)

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A Associação Operação Sorriso do Brasil ("Entidade") é uma associação civil, sem finalidade econômica, de natureza privada e caráter filantrópico cujas atividades iniciaram-se a partir de 08 de dezembro de 2006. A Entidade está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.413, São Paulo, SP, e suas atividades regem-se por seu estatuto social e pelo disposto na Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, e Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999 e demais disposições legais aplicáveis, sendo sua duração por prazo indeterminado.

A Entidade tem por finalidade dar suporte e assistência na realização de trabalhos científicos, médicos e educacionais destinados às áreas de cirurgia plástica reconstrutiva e cirurgia estética para crianças, adolescentes, jovens e eventualmente adultos carentes, com observância do disposto no parágrafo único, artigo 3º da Lei nº 9.790 de 23/03/1999.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) "Entidades sem fins de lucros".

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Entidade em 12 de março de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto guando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.5 Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, assim essa demonstração não está sendo apresentada.

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais (R\$)

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

(a) Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir do momento em que a Entidade se torna parte das exposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido é registrado pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro.

(b) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos incluem valores em caixa e depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitos a um risco significante de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos, se aplicável, que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

(d) Contas a receber

São constituídos por doações de empresas nacionais ou internacionais que firmam o compromisso de realizar uma doação.

(e) Ativo imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (vide nota explicativa n° 8).

(f) Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e utilizar o software específico. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimada usando o método linear.

(g) Avaliação de impairment de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(h) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Entende que tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais (R\$)

(i) Patrimônio social

Constituído por doações recebidas de terceiros, acrescidos ou diminuídos dos superávits ou déficits apurados em cada exercício.

A transferência dos superávits/déficits para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação da assembleia dos associados.

(j) Outros ativos e passivos não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(k) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

NBC TG 47 - "Receita de contratos com os clientes" (vigente a partir de 1ª de janeiro de 2018). A nova norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes. A Entidade acredita que a aplicação dessas alterações não terá impacto sobre suas demonstrações financeiras.

NBC TG 48 - "Instrumentos Financeiros" (vigente a partir de 1ª de janeiro de 2018). A norma aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros e introduz novas regras de contabilização de hedge. A Entidade está atualmente avaliando o impacto total da norma, e optou por não aplicar adoção antecipada da mesma.

NBC TG 06 (R3) - "Operações de arrendamento mercantil" (vigente a partir de 1ª de janeiro de 2019), substitui a norma existente sobre arrendamento mercantil, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento mercantil para ambas as partes de um contrato. A Entidade acredita que a aplicação dessas alterações não terá impacto sobre suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Caixa	42	33
Bancos conta movimento	10	10
Aplicações financeiras	189.485	267.769
Total	189.537	267.812

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que se concentrem em baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do CDI. Refere-se único e exclusivamente a aplicações em fundos de investimento em instituições tradicionais e de baixo grau de risco.

5. Contas a receber

Descrição	2017	2016
Contas a receber de doações	408.000	328.239
Outros valores	<u>-</u>	5.460
Total	408.000	333.699

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais (R\$)

Os valores de contas a receber são constituídos por doações de empresas nacionais ou internacionais que firmam o compromisso de realizar uma doação, em período subsequente, sendo que os valores de doações serão destinados para a operacionalização da entidade e no tratamento e nas missões cirúrgicas do exercício e 2018.

6. Estoques

Descrição	2017	2016
Estoques	117.471	115.231
Total	117.471	115.231

Os valores dos estoques correspondem aos materiais destinados a programas futuros. Os materiais duráveis ao final de cada programa, retornam ao armazém. São estoques na forma de materiais ou bens de consumo que serão consumidos na prestação de serviços.

7. Outros créditos

Descrição	2017	2016
Adiantamento a fornecedores	167.260	-
Outros créditos	21.945	15.193
Total	189.205	15.193

A rubrica Adiantamento a fornecedores é composta consubstancialmente por importação em andamento de equipamento que está aguardando as licenças exigidas pela ANVISA para a sua devida nacionalização.

8. Ativo imobilizado

		2017			2016
Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Maquinas e equipamentos Móveis e utensílios Equipamentos médicos Computadores e periféricos	10% 10% 10% 20%	1.330 28.158 180.100 26.383	(797) (7.130) (31.698) (20.497)	533 21.028 148.402 5.886	666 23.844 161.426 9.461
		235.971	(60.122)	175.849	195.397

Movimentação do exercício de 2017

Descrição	2016	Adições	Baixas	2017
Custo				
Maquinas e equipamentos	1.330	-	-	1.330
Móveis e utensílios	28.158	-	-	28.158
Equipamentos médicos	175.114	4.986	-	180.100
Computadores e periféricos	26.383	-	-	26.383
Total custo	230.985	4.986	-	235.971
(-) Depreciação acumulada	(35.588)	(24.534)	<u>-</u>	(60.122)
Imobilizado líquido	195.397	(19.548)	-	175.849

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 $\rm Em\ reais\ (R\$)$

Movimentação do exercício de 2016

Descrição	2015	Adições	Baixas	2016
Custo				
Maquinas e equipamentos	6.871	-	(5.541)	1.330
Móveis e utensílios	69.428		(41.270)	28.158
Equipamentos médicos	171.296	180.100	(176.282)	175.114
Computadores e periféricos	21.095	5.288	-	26.383
Total custo	268.690	185.388	(223.093)	230.985
(-) Depreciação acumulada	(51.094)	(29.142)	44.648	(35.588)
Imobilizado líquido	217.596	156.246	(178.445)	195.397

9. Intangível

			2017		2016
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Software	10%	20.340	(16.015)	4.325	8.349
	_	20.340	(16.015)	4.325	8.349

Não houveram adições ou baixas de softwares nos exercícios de 2017 e 2016, apresentando como movimentação apenas a sua amortização nos montantes de R\$ 4.024 e R\$ 4.068, respectivamente.

10. Contas a pagar

Descrição	2017	2016
Fornecedores	25.793	5.066
Serviços profissionais a pagar	3.386	3.386
Alugueis a pagar	7.183	3.591
Autônomos a pagar	445	-
Total	36.807	12.043

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2017	2016
Impostos Trabalhistas a recolher	22.650	31.914
Provisão de férias e encargos	31.108	16.712
Total	53.758	48.626

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais (R\$)

12. Obrigações tributárias

Descrição	2017	2016
Pis/Cofins/Csll a recolher	91	1.816
Irrf a recolher	580	578
Iss a recolher	138	154
Total	809	2.548

13. Provisão para contingências

A Entidade no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade não possuía nenhuma ação contra ela.

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e especialistas, quando aplicável, avalia os assuntos que possam gerar futuras discussões e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, no montante de R\$ 139.151, referem-se a possíveis passivos trabalhistas em discussão, ainda sem processo administrativo ou judicial em curso.

14. Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos desde a data da fundação da Entidade.

15. Aspectos fiscais

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o lucro, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal.

(b) PIS e COFINS

Em relação à contribuição social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, conforme disposto no artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Quanto à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Entidade goza do benefício de isenção incidentes sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento delas sobre suas demais receitas

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais (R\$)

16. Receitas operacionais

16.1 Receitas operacionais com restrição

As cirurgias corretivas pela Operação Sorriso do Brasil são realizadas por uma equipe de profissionais da saúde voluntários. Este trabalho é reconhecido como doação e contabilizado por meio das "horas de trabalho" de acordo com a categoria profissional, a taxa por profissional é apurada de acordo com as tabelas divulgadas e convenções coletivas dos sindicatos de cada categoria. No exercício de 2017 foi apurado o valor de R\$ 251.688 (R\$ 348.869 em 2016).

16.2 Receitas operacionais sem restrição

(a) Doações corporativas

São doações por empresas por meio de depósito na conta corrente da Entidade, como segue:

Descrição	2017	2016
Andressa Nunes da Silva ME	37.030	24.000
Associação Citiesperança	50.000	50.000
Aumund Ltda.	37.287	43.426
Alfa Computer	25.545	-
Schiwartche advogados	20.000	-
Azul Linhas Aéreas	52.731	-
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica	100.800	100.800
Energia Sustentavel do Brasil S.A	408.000	-
Icatu Seguros S.A.	50.000	150.000
Johnson & Johnson BR Ind. e Com. Ltda	63.849	-
Pepsi	27.222	-
Voltalia Usina de Energia	324.574	422.842
Bichara, Barata & Costa Advogados	-	560
Bradesco Seguros	-	50.000
Coop Economia	-	37.935
LDS Church	-	87.051
Outras	25.355	231.044
Total	1.222.393	1.197.658

(b) Doações exterior

São recursos recebidos em moeda estrangeira, oriundos da matriz (Operation Smile Inc.) ou de organizações internacionais parceiras, como segue:

Descrição	2017	2016
Operation Smile	425.718	510.690
Temasek	11.380	374.984
United Way -White Martins	146.209	151.204
Outros	67.735	55.571
Total	651.042	1.092.449

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 $\rm Em\ reais\ (R\$)$

(c) Doações individuais

São doações efetuadas por pessoas físicas por meio de depósito direto na conta corrente da Entidade.

(d) Doações de materiais e serviços

São doações de produtos de consumo cirúrgico realizadas por empresas produtoras destes materiais ou serviços prestados à Entidade de forma "pro bono", como segue:

Descrição	2017	2016
Azul Linhas Aéreas	199.253	151.115
Johnson & Johnson BR Ind. e Com. Ltda.	146.664	74.317
Schiwartche Advogados	-	15.000
LDS Church	78.950	-
Abbvie	27.382	-
Outros	39.479	40.095
Total	491.728	280.527

17. Custos com programas

No atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto n 2.536/98, a Entidade concedeu nos exercícios de 2017 e de 2016 as seguintes gratuidades para realização do programa de assistência, como segue:

Descrição	2017	2016
Passagens aéreas	(181.746)	(326.048)
Alimentação	(22.996)	(29.950)
Suprimentos médicos	(323.531)	(638.085)
Hospedagem	(149.958)	(120.665)
Armazenagem	(45.790)	(77.324)
Serviços de transporte	(89.552)	(26.764)
Despesa com carga aduaneira	(10.684)	-
Impressos de materiais	(15.081)	-
Telefone/Comunicações	(5.400)	(3.141)
Honorários com consultores	(27.552)	-
Serviços de assessoria de imprensa	(4.929)	(19.416)
Distribuição de brindes/prêmios/presentes/Kits	(250)	(29.598)
Formação e educação	(11.456)	-
Suprimentos não médicos	(20.668)	-
Despesas com pessoal	(122.218)	-
Outros custos	(40.141)	(89.711)
Total	(1.270.952)	(1.360.702)

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais (R\$)

18. Despesas com pessoal

Descrição	2017	2016
Despesas com pessoal	(321.784)	(517.615)
Encargos com pessoal	(88.023)	(159.092)
Total	(409.807)	(676.707)

19. Despesas administrativas

Descrição	2017	2016
Aluguel	(43.093)	(47.352)
Aluguel de equipamento de escritório	(7.785)	(6.268)
Alimentação	(5.185)	
Serviços de assessoria de informática	(28.292)	(9.577)
Material de escritório	(8.371)	(5.281)
Hospedagem	(7.066)	(103.276)
WebSite	(9.719)	(6.627)
Serviços de assessoria contábil	(19.320)	(19.322)
Serviços de transporte	(23.233)	-
Serviços de auditoria	(14.231)	(10.702)
Correios/Motoboy/D.H.L	(7.148)	(24.481)
Serviços e assessoria e consultoria	(316.780)	(351.776)
Telefone	(12.819)	(17.844)
Outros	(73.024)	(52.844)
Total	(576.066)	(655.350)

20. Resultado financeiro líquido

Descrição	2017	2016
Receitas financeiras	6.564	20.331
Despesas financeiras	(15.133)	(18.109)
Total	(8.569)	2.222

21. Cobertura de seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa e bancos, contas a receber, outros créditos, e contas a pagar) estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas notas explicativas. Durante o exercício a Entidade não realizou operações com derivativos financeiros.

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais (R\$)

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua administração.

23. Isenções usufruídas e renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) – Entidade sem a finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2016 e de 2015, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal. A composição é conforme segue:

Abaixo demonstramos o valor da renúncia fiscal apurada:

Descrição	2017	2016
PIS e COFINS (3,65% sobre as receitas)	93.867	114.762
IRPJ e CSLL (34% sobre o superávit do exercício)	71.254	5.105
Total	165.121	119.867

24. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das Demonstrações Financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

* * *